



# *Prefeitura Municipal de Dores do Indaiá*

## *Gabinete do Prefeito*

**Ofício n.º:** 109/2025/GP/PMDI/

**Assunto:** Encaminha Projeto de Lei Ordinária

**Data:** 07/03/2.025

**Ref.:** Projeto de Lei Ordinária n. 008/2025

Senhor (a) Presidente,

Tenho a honra de passar às mãos de Vossa Excelência, para submetê-lo à aprovação, o Projeto de Lei Ordinária abaixo:

**01) PROJETO DE LEI Nº 008/2025, DE 27 DE FEVEREIRO DE 2.025 QUE "AUTORIZA A RECOMPOSIÇÃO DA PERDA INFLACIONÁRIA DOS SUBSÍDIOS DO PREFEITO, VICE-PREFEITO E SECRETÁRIOS MUNICIPAIS DE DORES DO INDAIÁ, ESTADO DE MINAS GERAIS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."**

O Projeto de Lei Ordinária n.º. 008/2025 tem por objetivo conceder aos agentes políticos do Município de Dores do Indaiá (Prefeito, Vice-Prefeito e Secretários Municipais) a recomposição da perda inflacionária de seus subsídios, obedecendo ao artigo 41, alínea "c", da Lei Orgânica do Município.

Assim, verifica-se que o direito a recomposição da perda inflacionária dos agentes políticos (Prefeito, Vice-Prefeito e Secretários Municipais) prevalece, pois, se enquadra à determinação legal do art. 37, inciso XV, cumulado com o inciso X da Constituição Federal, não se admitindo a irredutibilidade dos subsídios dos agentes políticos, o que no caso em tela, a depreciação da moeda (perda inflacionária) pode ser equiparada por analogia ao instituto irredutibilidade.

O supracitado inciso X, do art. 37 da Constituição Federal autoriza a revisão geral anual dos subsídios, o que pode ser interpretado *latu sensu*, como reposição inflacionária do período, ou seja, diante do aumento inflacionário, a moeda sofre desvalorização, cabendo então, a recomposição da defasagem inflacionária, evitando a redução salarial vedada constitucionalmente.



# *Prefeitura Municipal de Dorés do Indaiá*

## *Gabinete do Prefeito*

Assim entende-se que a concessão da recomposição da perda inflacionária é um direito imprescindível dos agentes políticos (Prefeito, Vice-Prefeito e Secretários Municipais), e deve ser concedida.

Diante do exposto, pela urgência pelo interesse público de que se reveste a presente iniciativa face a necessidade de fechamento da folha e do pagamento dos servidores públicos municipais e dos agentes políticos municipais (Prefeito, Vice-Prefeito e Secretários Municipais), confio na aprovação do Projeto de Lei Ordinária n.º 008/2022, em caráter urgente/urgentíssimo, requerendo a designação de reunião extraordinária, para apreciação, discussão e votação do presente projeto de lei, nos termos do art. 20, § 2º, inciso II, art. 42, inciso V e art. 54, *caput*, todos da Lei Orgânica do Município de Dorés do Indaiá e nos termos do art. 150, *caput*, do Regimento Interno desta Casa Legislativa.

No ensejo, renovo a V. Exa. e a seus Ilustres pares as expressões do mais elevado apreço e especial consideração.

Dorés do Indaiá - MG, 07 de março de 2.025.

**ALEXANDRO COELHO FERREIRA**  
**PREFEITO MUNICIPAL**

Em	12	/	03	/	25
Às	16:33	horas,			
Protocolo nº	219125				
Amanda M. C. Cardoso Silva - Aux. Adm.					

**Exma. Sra.**  
**Karla Francisca Vieira Araújo**  
**Presidente da Câmara Municipal de Dorés do Indaiá**





# *Prefeitura Municipal de Dores do Indaiá*

## *Gabinete do Prefeito*

**PROJETO DE LEI Nº. 008/2025 DE 07 DE MARÇO DE 2.025.**

**"AUTORIZA A RECOMPOSIÇÃO DA PERDA INFLACIONÁRIA DOS SUBSÍDIOS DO PREFEITO, VICE-PREFEITO E SECRETÁRIOS MUNICIPAIS DE DORES DO INDAIÁ, ESTADO DE MINAS GERAIS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."**

A Câmara Municipal de Dores do Indaiá – MG, através de seu Plenário, APROVA, e eu, Prefeito Municipal SANCIONO a seguinte Lei.

**Art. 1º.** Fica autorizada a recomposição da perda inflacionária dos vencimentos dos agentes políticos (Prefeito, Vice-Prefeito e Secretários Municipais) do Município de Dores do Indaiá no percentual de 8,59 equivalente ao INPC – (Índice Nacional de Preços ao Consumidor) acumulado de 24 meses, multiplicamos pelos 12 meses do ano mais 13º salário e 1/3 de férias, obedecendo ao artigo 41, alínea "c", da Lei Orgânica do Município.

**Parágrafo único** - O percentual da recomposição da perda inflacionária descrito no *caput* é o medido pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor – INPC, divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, acumulado de 24 meses, multiplicamos pelos 12 meses do ano mais 13º salário e 1/3 de férias.

**Art. 2º.** A recomposição da perda inflacionária de que trata o art. 1º, *caput*, desta Lei será aplicada a partir do pagamento dos subsídios do mês de janeiro de 2.025.

**Art. 3º.** Ficam fazendo parte integrante desta Lei, o Anexo I referente à Estimativa do Impacto Orçamentário-Financeiro da recomposição concedida neste exercício de 2.025 e nos dois exercícios subsequentes, a saber, de 2.026 e 2.027, referente à Declaração do Ordenador da Despesa de que a recomposição da perda inflacionária tem adequação orçamentária e financeira com a lei orçamentária anual e compatibilidade com o plano plurianual e com a lei de diretrizes orçamentárias, previstos no art. 16, incisos I e II, no art. 17 e no art. 21, inciso I, todos da Lei Nº. 101/2000, de 4 de Maio de 2.000 (Lei de Responsabilidade Fiscal).



# *Prefeitura Municipal de Dores do Indaiá*

## *Gabinete do Prefeito*

**Art. 4º.** Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação, retroagindo seus efeitos a 01 de Janeiro de 2.025.

Prefeitura Municipal de Dores do Indaiá, 07 de Março de

2.025.



**ALEXANDRO COELHO FERREIRA**  
**PREFEITO MUNICIPAL**



# *Prefeitura Municipal de Dores do Indaiá*

## *Gabinete do Prefeito*

### ANEXO I

**PROJETO DE LEI Nº. 008/2025 DE 07 DE MARÇO DE 2.025.**

**"AUTORIZA A RECOMPOSIÇÃO DA PERDA INFLACIONÁRIA DOS SUBSÍDIOS DO PREFEITO, VICE-PREFEITO E SECRETÁRIOS MUNICIPAIS DE DORES DO INDAIÁ, ESTADO DE MINAS GERAIS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."**

**PROCESSO DE ESTIMATIVA DO IMPACTO ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRO PARA GERAÇÃO DE DESPESAS OBRIGATÓRIAS DE CARÁTER CONTINUADO/DECLARAÇÃO DO ORDENADOR DE DESPESA (Art. 16, inciso I, da LC 101/2000 – LRF)**

A Lei de Responsabilidade Fiscal – LC nº. 101/2000 nos seus artigos 15, 16 e 17 preceitua que será considerada não autorizada e irregular, a geração de despesas ou assunção de obrigação que não seja acompanhada da estimativa do impacto orçamentário e financeiro.

O Evento em análise dispõe sobre a recomposição da perda inflacionária dos subsídios dos agentes políticos municipais (Prefeito, Vice Prefeito e Secretários) do Município de Dores do Indaiá.

#### **1) PREMISSA**

Trata o presente Processo de Demonstrativo do Impacto Orçamentário-Financeiro de manifestação acerca da elevação de despesa de caráter continuado da Prefeitura Municipal de Dores do Indaiá, decorrente da recomposição dos subsídios de Prefeito, Vice-Prefeito e Secretários do Município de Dores do Indaiá.

**Público Alvo: Prefeito, Vice-Prefeito e Secretários do Município de Dores do Indaiá.**

#### **2) METODOLOGIA DE CÁLCULO**

Aplicamos o índice de 8,59 equivalente ao INPC – (índice Nacional de Preços ao Consumidor) acumulado de 24 meses, multiplicamos pelos 12 meses do ano mais 13º salário e 1/3 de férias. Sobre esse valor calculamos a obrigação patronal com





# Prefeitura Municipal de Dores do Indaia

## Gabinete do Prefeito

o aumento gradual do valor da alíquota patronal aprovado pela desoneração da folha de pagamento aos municípios.

### IMPACTO ORÇAMENTÁRIO/FINANCEIRO

Projeto de Lei	Recomposição Salarial de Agentes Políticos		
ESTIMATIVA DE AUMENTO PESSOAL			
Discriminativo	2025	2026	2027
Impacto na Folha de Pagamento Referente a Recomposição	R\$ 62.166,97	R\$ 64.342,81	R\$ 66.594,81
Encargos Sociais	R\$ 8.703,37	R\$ 11.581,70	R\$ 14.650,85
TOTAL	R\$ 70.870,34	R\$ 75.924,51	R\$ 81.245,66

TABELA 2 - IMPACTO SOBRE A RECEITA CORRENTE LÍQUIDA			
Discriminativo	2025	2026	2027
RCL	R\$ 71.222.699,09	R\$ 73.715.493,55	R\$ 76.295.535,83
% RCL	0,10%	0,10%	0,10%

IMPACTO GASTO COM PESSOAL			
Discriminativo	2025	2026	2027
RCL	R\$ 71.222.699,09	R\$ 73.715.493,55	R\$ 76.295.535,83
GASTO COM PESSOAL	R\$ 32.728.854,89	R\$ 34.761.160,81	R\$ 36.821.159,86
	+	+	+
Aumento com os Novos Cargos	R\$ 70.870,34	R\$ 75.924,51	R\$ 81.245,66
	=	=	=
	R\$ 32.799.725,23	R\$ 34.837.085,32	R\$ 36.902.405,52
% SOBRE RCL	46,05%	47,25%	48,36%

A receita corrente líquida foi corrigida em 2026 e 2027 usando um índice de 3,5% em relação ao ano anterior considerando a correção da inflação projetado da LDO de 2025.



# *Prefeitura Municipal de Dores do Indaiá*

## *Gabinete do Prefeito*

O Gasto de pessoal também foi corrigida em 2026 e 2027 usando um índice de 3,5% em relação ao ano anterior.

Diante das informações acima, os gastos gerados com a recomposição da perda inflacionária dos subsídios dos agentes políticos municipais (Prefeito, Vice-Prefeito e Secretários Municipais) não irão interferir no atendimento das metas fiscais da Lei de Diretrizes Orçamentárias e da Lei Orçamentária Anual para exercício de 2025, pois a previsão orçamentárias de despesas correntes para pessoal e encargos sociais, juntamente com aberturas de créditos adicionais, juntamente com ações governamentais a serem desenvolvidas para manter o equilíbrio fiscal suportam os desembolsos futuros para a realização da recomposição salarial.

Prefeitura Municipal de Dores do Indaiá, 07 de Março de 2.025.

**ESTER LOPES DE ARAÚJO LOURENÇO**  
**CONTADORA – 77925/0-7 CRC/MG**

**CLEUNICE APARECIDA DA SILVA**  
**SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO E FINANÇAS.**





# *Prefeitura Municipal de Dores do Indaia*

## *Gabinete do Prefeito*

### **ANEXO I**

#### **PROJETO DE LEI Nº. 008/2025 DE 07 DE MARÇO DE 2.025.**

**"AUTORIZA A RECOMPOSIÇÃO DA PERDA INFLACIONÁRIA DOS SUBSÍDIOS DO PREFEITO, VICE-PREFEITO E SECRETÁRIOS MUNICIPAIS DE DORES DO INDAIÁ, ESTADO DE MINAS GERAIS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."**

### **DECLARAÇÃO**

**DECLARO** para os devidos fins de direito e, em especial, para atender ao disposto no inciso II do art. 16 da Lei Complementar nº. 101/00 de 04/05/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal) que, as despesas em razão da a recomposição da perda inflacionária dos subsídios do agentes políticos municipais (Prefeito, Vice-Prefeito e Secretários Municipais) no percentual de 8,59 equivalente ao INPC – (índice Nacional de Preços ao Consumidor) acumulado de 24 meses, para vigorarem com efeito retroativo a 1º de Janeiro de 2.025, constantes neste Projeto de Lei Ordinária tem adequação orçamentária e financeira com a Lei Municipal n.º 2.964/2021, de 10 de Dezembro de 2.021, que "Estima a Receita e Fixa a Despesa do Município de Dores do Indaia – Minas Gerais Para o Exercício Financeiro de 2.022.", e é compatível com a Lei Municipal n.º 2.940/2021 de 15 de Julho de 2021, que "Dispõe Sobre as Diretrizes Para a Elaboração da Lei Orçamentária Para o Exercício de 2022, e dá Outras Providências." e com a Lei Municipal n.º 2.958/2021, de 15 de Novembro de 2.021, que "Dispõe Sobre o Plano Plurianual do Município de Dores do Indaia, Estado de Minas Gerais Para o Quadriênio 2.022 a 2.025 e dá Outras Providências."

Considera-se adequação orçamentária e financeira com a LOA, a despesa objeto de dotação específica e suficiente, de forma que somadas todas as despesas da mesma espécie, realizadas e a realizar, previstas no programa de trabalho, não sejam ultrapassados os limites estabelecidos para o exercício (inciso I do § 1º do art. 16 da LRF).

Prefeitura Municipal de Dores do Indaia, 07 de março de 2.025.

**ALEXANDRO COELHO FERREIRA**  
**PREFEITO MUNICIPAL**